

# Contratos de trabalho devem se adequar à nova realidade tecnológica

## Prever políticas de uso de redes sociais e de gadgets protege a imagem das empresas

**02/09/2013 17:15:34**

As empresas estão sempre preocupadas com a segurança de suas informações e das informações de seus clientes. Porém, uma gama de empresários brasileiros ainda não se atentou à segurança de sua própria imagem, adequando suas políticas internas de comunicação à era das redes sociais e da mobilidade. “A proteção da imagem de uma empresa deve passar também pelos canais de comunicação que seus funcionários usam para se relacionar com o restante do mercado, seja em âmbito pessoal ou profissional”, diz Hélio Ferreira Moraes, sócio e advogado do Pinhão e Koiffman Advogados, escritório especializado em tecnologia da informação, inovação e comunicações.

Os próprios contratos de trabalho precisam passar por temas como a segurança da informação, uso de gadgets e aparelhos eletrônicos, uso das redes sociais, entre outras questões. “Dessa forma, os colaboradores das empresas entenderão que as políticas internas de uso de tecnologia e relacionamento em redes sociais estão previstas em um contrato, que se desrespeitado, dará origem a sérias ações judiciais”, esclarece Moraes.

A educação dos colaboradores é um processo no qual compensa o investimento. Com constantes evoluções digitais, os usuários dessas novas tecnologias convivem em ambiente corporativo, que por sua vez precisa estar protegido. “Os funcionários podem ser alertados por meio de treinamentos para que reaprendam a usar meios eletrônicos e especialmente as redes sociais, respeitando as políticas estabelecidas pela empresa”, diz Hélio. “Entender os riscos que estão correndo e a gravidade de atitudes impensadas para a segurança da informação da empresa vai ajudar a evitar deslizamentos”.

As políticas da empresa devem passar por questões como: definição de regras para uso de meios eletrônicos; monitoramento ou limite de uso; restrição total do uso em determinados departamentos.

Outra maneira de proteger juridicamente as informações é investir em acordos de confidencialidade com empregados e terceirizados, principalmente em casos de serviços que envolvam armazenamento de dados – fornecedores como “nuvens”, servidores, provedores ou back-ups remotos, por exemplo.

Funcionários remoto ou em home office também precisam de personalização de políticas, já que seus acessos não são totalmente controlados. “São muitos os detalhes que envolvem o comportamento de colaboradores, o uso de tecnologias, redes sociais e a segurança da informação e proteção da imagem da empresa. Por isso, deve-se dedicar atenção especial a esses temas e proteger-se juridicamente”, alerta Hélio Ferreira Moraes.

### Sobre Pinhão e Koiffman Advogados

Há 12 anos no mercado, o Pinhão e Koiffman Advogados atua em diversas áreas do direito empresarial, desde a área tributária, trabalhista até direito internacional. Hoje, o escritório é referência em tecnologia da informação, telecomunicações e inovação, solucionando questões relacionadas à tecnologia para as mais variadas empresas do país e do exterior – tanto consolidadas, quanto start-ups. Com clientes como grandes operadoras de telefonia, uma das maiores de softwares do mundo, aceleradoras, start-ups e provedores de internet, uma das missões do Pinhão e Koiffman é colaborar para a formatação de melhores práticas de um mercado em constante evolução tecnológica.

[www.pk.adv.br](http://www.pk.adv.br)